

Emendas recebem apoio de 2 milhões

JBR P.3 12-08-88 ANO

A Comissão Nacional Pró-participação Popular na Constituinte — que reúne 63 entidades — entrega hoje, às 16h00, ao deputado



Ulysses Guimarães, 26 emendas representando mais de dois milhões de eleitores. O recorde de assinaturas é da emenda que defende a Reforma Agrária, subscrita por um milhão duzentos mil eleitores. Antes da entrega das emendas, será realizado um ato público na rampa do Congresso Nacional onde estão sendo esperadas duas mil pessoas vindas de outros estados.

Reforma Agrária e urbana, ensino público e gratuito, direito dos trabalhadores, eleições diretas (já e em 88) e participação popular no Legislativo, são as propostas que mais conseguiram adesões. Só a emenda do Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e outras entidades já tem mais de 500 mil assinaturas. A maioria das outras emendas está com a média de 50 mil assinaturas.

O grande entusiasmo dos organizadores é em relação ao respaldo popular dado à emenda da Reforma Agrária, promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), e Associação Brasileira para a Reforma Agrária (Abra) e outras 16 entidades. O diretor da Contag, André Montalvão, afirma que os constituintes "não poderão deixar de reconhecer a vontade popular".

O regimento interno da Constituinte estabeleceu que cada emenda popular deveria ser sub-

crita por, no mínimo, 30 mil eleitores, entendendo que essa é a média de votos de cada parlamentar. Como a emenda da Reforma Agrária conseguiu um milhão e duzentas mil assinaturas, os organizadores esperam que seja levado em conta que ela representa em tese, o voto de 40 constituintes.

Capitalismo

A Contag e a Abra afirmam que as propostas da emenda popular defendem em muito os interesses capitalistas. Durval Mota, da Abra, diz que só o fato de estarem excluídas da desapropriação as propriedades, de até três módulos fiscais e as que estiverem cumprindo as finalidades sociais, "90% das terras brasileiras estão fora dos projetos da reforma agrária". Reconhece no entanto que, em proporção, os 10% restantes são muito superiores, mas acha "que a redivisão fortalecerá o próprio sistema de produção".

Defesa

As entidades começam a discutir hoje como será feita a escolha dos defensores das emendas populares na Constituinte. Segundo o regimento interno da constituinte, um signatário de cada emenda popular tem 20 minutos no plenário da Comissão de Sistematização para fazer a defesa. O presidente da Comissão, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), já informou que anunciará o calendário especial das sessões para a apreciação das emendas populares na próxima sexta-feira. Para ele, mesmo que sejam necessários três dias contínuos de debate "as emendas populares por sua importância no processo de democratização têm que ser defendidas por um de seus representantes.

"Empresa" terá 2 conceitos

A formulação de dois conceitos distintos, um para a empresa plenamente nacional e outro para a empresa nacional de capital estrangeiro, foi a saída encontrada ontem na reunião entre os grupos dos 32 liderado pelo senador José Richa — (PMDB-PR) — e do Consenso (sob a coordenação do deputado Euclides Scalco — (PMDB-PR), para proteger o capital nacional e limitar as remessas de lucros ao exterior na nova Constituição. Do encontro, realiza-se no Instituto Israel Pinheiro, os parlamentares fecharam acordo sobre os capítulos do Meio Ambiente, Sistema Financeiro e Reforma Tributária, totalizando propostas consensuais sobre sete pontos polêmicos a serem encaminhados ao relator da Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Entre as principais decisões de ontem estão a exigência dos critérios de reciprocidade, mediante acordos internacionais para a participação de capital estrangeiro no

desenvolvimento interno do Brasil que devem ser detalhados em legislação ordinária, a proibição de abertura de novas agências bancárias estrangeiras no País, antes da aprovação daquela legislação e a dependência de aprovação do Senado para a escolha do presidente e dos diretores do Banco Central. Sobre o Sistema Tributário, a opção foi manter a atual formulação do Projeto em discussão no Plenário da Constituinte, que deixa aos Estados a receita do ISS (Imposto sobre Serviços) e aos municípios a arrecadação do IVC (Imposto sobre Vendas e Consignações).

No capítulo do Meio Ambiente mantém-se a criminalização de ações lesivas ao meio ambiente, com a sociedade civil passando a dispor de instrumentos legais para se defender desse tipo de lesão e proíbe-se a construção de usina nuclear e de obras que alterem a ecologia, sem a prévia autorização do Congresso Nacional.